

MAIS DO QUE CRÉDITO, SEU PROJETO MERECE DESENVOLVE SP.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas. **J) Redução do valor recuperável de ativos:** Anualmente é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização. Quando esta evidência não é identificada, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades	4	3
Cotas de Fundo de Renda Fixa ^(a)	18.799	77.125
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	18.803	77.128

^(a) As aplicações deste fundo têm liquidez imediata e foram classificadas no balanço patrimonial como Títulos e valores mobiliários, conforme nota explicativa nº 5.

5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira

	31.12.2019		31.12.2018	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	110.985	274.000	128.447	248.168
Cotas de Fundos de Renda Fixa	18.799	-	77.125	-
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	76.785	-	62.104
Cotas de Fundos Garantidores de Operações de Crédito	-	2.826	-	2.053
(-) Provisões para Desvalorizações	-	(1.863)	-	(1.136)
Total	129.784	351.748	205.572	311.189

As Cotas do Fundo de Renda Fixa, aplicadas no BB FFI CP AUTOM FIC, Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A.

b) Cotas de fundos de investimento em participações

Fundo	31.12.2019			31.12.2018		
	Capital Subscrito	Capital Integra-lizado	Provisão para Desvalo-rização	Capital Subscrito	Capital Integra-lizado	Provisão para Desvalo-rização
Inovação Paulista (FIP)	25.000	23.821	33.432	-	25.000	21.577
BBI Financeira I (FIP)	10.000	9.600	24.019	(108)	10.000	9.400
CRP Empreendedor (FIP)	10.000	5.285	9.047	(19)	10.000	5.301
Aeroespacial (FIP)	15.000	7.843	8.339	(700)	15.000	6.441
Performa Investimentos SC - I (FIP)	2.000	1.948	1.948	(1.031)	2.000	1.939
Total	62.000	48.497	76.785	(1.858)	62.000	44.658

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

	Operações em Curso Normal								31.12.2019	31.12.2018	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vencidas	445.076	337.055	171.295	170.067	30.168	13.483	10.597	52.640	14.598	1.244.979	1.203.600
01 a 30	36.038	8.541	4.481	3.689	679	442	438	441	98	54.847	27.023
31 a 60	11.447	7.621	4.067	3.281	620	410	426	365	92	28.329	23.851
61 a 90	11.286	7.633	4.197	3.439	616	413	412	379	95	28.470	23.332
91 a 180	38.043	22.285	12.461	10.801	1.795	1.145	1.227	1.325	629	89.711	82.494
181 a 360	59.746	44.228	24.776	21.021	2.940	2.330	2.253	3.373	1.146	161.813	147.137
Acima de 360	288.516	246.747	121.313	127.836	23.518	8.743	5.841	46.757	12.538	881.809	899.763
Parcelas Vencidas	-	155	895	156	144	112	180	480	108	2.230	3.844
01 a 30	-	155	892	136	102	106	180	237	68	1.876	3.654
31 a 60	-	-	3	20	42	6	-	243	40	354	190
Subtotal	445.076	337.210	172.190	170.223	30.312	13.595	10.777	53.120	14.706	1.247.209	1.207.444

	Operações em Curso Anormal ^(a)								31.12.2019	31.12.2018	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vencidas	-	-	-	413	399	11.398	771	2.390	2.810	18.181	60.588
01 a 30	-	-	-	8	30	195	31	55	94	413	1.041
31 a 60	-	-	-	8	21	195	31	55	94	404	1.109
61 a 90	-	-	-	8	21	195	30	55	73	382	1.114
91 a 180	-	-	-	22	59	585	91	165	220	1.142	3.123
181 a 360	-	-	-	44	51	908	182	330	378	1.893	6.508
Acima de 360	-	-	-	323	217	9.320	406	1.730	1.951	13.947	47.693
Parcelas Vencidas	-	-	-	27	102	1.104	214	703	1.038	3.188	10.186
01 a 30	-	-	-	9	33	195	31	55	93	416	1.009
31 a 60	-	-	-	9	34	289	31	55	93	511	1.071
61 a 90	-	-	-	9	35	299	32	55	92	522	1.095
91 a 180	-	-	-	-	-	321	76	204	279	880	3.086
181 a 360	-	-	-	-	-	44	334	373	751	3.532	
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	108	108	393	
Subtotal	-	-	-	440	501	12.502	985	3.093	3.848	21.369	70.774
Total	445.076	337.210	172.190	170.663	30.813	26.097	11.762	56.213	18.554	1.268.578	1.278.218

^(a) Operações vencidas acima de 59 dias.

e) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

Nível de Risco	31.12.2019		31.12.2018	
	Provisão %	Valor das Operações	Provisão	Valor das Operações
AA ^(a)	-	445.076	-	235.349
A	0,5	337.210 (1.686)	530.122	(2.651)
B	1,0	172.190 (1.722)	186.746	(1.867)
C	3,0	170.662 (5.120)	157.811	(4.734)
D	10,0	30.813 (3.081)	44.201	(4.420)
E	30,0	26.097 (7.829)	6.272	(1.882)
F	50,0	11.763 (5.882)	31.872	(15.936)
G	70,0	56.212 (39.348)	30.940	(21.658)
H	100,0	18.555 (18.555)	54.905	(54.905)
Total	1.268.578	(83.223)	1.278.218	(108.053)

^(a) As operações com Municípios do Estado de São Paulo tiveram alteração de rating operação, de "A" para "AA", a partir da data-base de junho/2019, inclusive para as operações vigentes.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º Semestre/2019	31.12.2019	31.12.2018
Saldo Inicial	120.599	108.053	65.322
Créditos baixados para prejuízo	(39.473)	(46.088)	(21.251)
Provisão constituída	2.097	21.258	63.982
Saldo Final	83.223	83.223	108.053

g) Informações complementares

	2º Semestre/2019	31.12.2019	31.12.2018
Créditos renegociados ^(a)	60.482	61.027	34.892
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	631	1.999	8.650

^(a) Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

7 - Imobilizado de Uso e Intangível

a) Imobilizado de Uso

	Taxa de Depreciação		Custo		Depreciação		Custo líquido de Depreciação	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imóveis de Uso:								
- Terrenos	-	11.600	-	11.600	-	11.600	-	11.600
- Edificações	1,67%	20.161	(1.669)	18.492	18.914	18.914	18.914	18.914
Outras Imobilizações de Uso:								
Móveis e Equipamentos	3,33% a 20%	1.465	(889)	576	573	573	573	573
Sistema de Processamento de Dados	20%	127	(98)	29	37	37	37	37
Sistema de Comunicação	6,67% a 20%	172	(121)	51	49	49	49	49
Instalações	10%	117	(71)	46	57	57	57	57
Total em 31/12/2019	33.642	(2.848)	30.794	30.794	30.794	30.794	30.794	30.794
Total em 31/12/2018	33.477	(2.247)	-	31.230	-	31.230	-	31.230

b) Intangível

	Custo		Amortização		Custo líquido de Amortização	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outros Ativos Intangíveis:						
- Software	5.444	(2.261)	3.183	3.136	2.261	3.136
Total em 31/12/2019	5.444	(2.261)	3.183	3.136	3.183	3.136
Total em 31/12/2018	5.144	(2.008)	-	3.136	-	3.136

8 - Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

	31.12.2019				31.12.2018			
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	%	Total	%
BNDES	10.239	51.011	55.369	254.673	371.292	66,16	415.033	67,79
Outras instituições oficiais	2.079	10.647	15.899	124.032	152.657	27,20	137.402	22,44
FINAME	1.055	4.956	6.053	25.176	37.240	6,64	59.841	9,77
Total	13.373	66.614	77.321	403.881	561.189	100,00	612.276	100,00

9 - Outras obrigações

a) Sociais e estatutárias

	31.12.2019	31.12.2018
Juros sobre o capital próprio	4.361	28.006
Participação nos lucros	1.919	1.432
Total	6.280	29.438

6 - Operações de crédito

a) Carteira por modalidade

	31.12.2019			31.12.2018		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Financiamentos	158.540	642.975	801.515	166.932	705.333	872.265
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	91.996	146.487	238.483	85.698	139.724	225.422
Empréstimos	122.216	106.295	228.511	78.059	102.334	180.393
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	69	-	69	72	66	138
Total da Carteira de Crédito	372.821	895.757	1.268.578	330.761	947.457	1.278.218
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa ^(a)	(17.584)	(65.639)	(83.223)	(32.973)	(75.080)	(108.053)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	355.237	830.118	1.185.355	297.788	872.377	1.170.165

b) Receitas de operações de crédito

	2º Semestre/2019	31.12.2019	31.12.2018
Financiamentos	34.711	74.816	79.487
Empréstimos	13.352	28.231	22.173
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	11.952	26.306	27.950
Recuperação de créditos baixados como prejuízo			

DESENVOLVE SP: 11 ANOS DE INCENTIVO À ECONOMIA PAULISTA.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

16 - Declaração de Apetite por Riscos (RAS)

A alta administração aprovou a RAS da instituição, que descreve os riscos relevantes incorridos pela Desenvolve SP e os níveis de apetite por esses riscos.

17 - Integração entre os riscos

A integração se dá entre os riscos relevantes (riscos de crédito, operacional, de liquidez e socioambiental).

18 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital está disponível no endereço <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/>, no site da instituição.

a) Estrutura Organizacional

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), por meio da Gerência de Controle de Riscos (Geric.1).

A Suric é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.

b) Estrutura de Sistemas

O sistema interno deve abranger todas as fontes relevantes e consistentes de riscos e deve possibilitar a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos considerados relevantes e não relevantes, conforme definidos na RAS, a fim de manter capital compatível com esses riscos.

c) Validação de Sistemas

Mensalmente, devem ser realizados testes de avaliação e validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos utilizados para o gerenciamento de riscos.

19 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital é revisado anualmente e submetido para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração. Esse Manual contém a RAS, as Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital e o Programa de Testes de Estresse.

a) Risco de Crédito

A gestão do crédito está definida como sendo a implementação e administração dos princípios de crédito, e está segregada da seguinte forma:

- Superintendência de Crédito (Sucre): unidade responsável pela implementação dos procedimentos da Política de Crédito da instituição.

- Gerência de Cobrança e Recuperação (Gecob): ligada à Diretoria de Negócios e Fomento (DNF), é responsável pelos procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, inclusive dos créditos baixados em prejuízo, e pelos procedimentos para documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito.

- Superintendência de Suporte ao Negócio (Susup): por meio da Gerência de Suporte à Operação (Gesup.2), efetua a avaliação periódica do grau de suficiência das garantias de recebíveis.

A gestão do risco de crédito consiste na modelagem estatística dos dados históricos da carteira de crédito da instituição e do mercado de crédito brasileiro para pessoas jurídicas, para cálculo de projeções futuras e validação dos sistemas, a fim de verificar a aderência dos processos de gestão do crédito.

A gestão do risco de crédito está a cargo da Suric.

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{CRAD} , calculada em consonância com a regulamentação em vigor.

Locação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{CRAD} , calculada em consonância com a regulamentação em vigor.

b) Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional deve prever, adicionalmente, a implementação de estrutura de governança de TI consistente com os níveis de apetite por riscos estabelecidos na RAS.

A metodologia utilizada para o mapeamento, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional é a descrita na Política de Conformidade e Controles Internos, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração da instituição.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado por meio do cálculo da parcela RWA_{OPAD} , conforme metodologia determinada pelo Bacen.

A metodologia utilizada é a da Abordagem do Indicador Básico.

c) Risco de Liquidez

Na Desenvolve SP, os procedimentos para o controle de liquidez são realizados diariamente.

O Plano de Contingência de Liquidez foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração e faz parte da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez.

d) Risco Socioambiental

A Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas.

O Sistema de Administração de Riscos Ambientais e Sociais (SARAS) da Desenvolve SP consiste em uma série de procedimentos que deverão ser inseridos nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações administrativas, avaliação de garantias e renegociações.

e) Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado deve prever sistemas que considerem todas as fontes significativas desse risco e utilizem dados confiáveis de mercado, tanto internos quanto externos.

Considerando que a carteira da instituição é composta pelas operações de crédito e pelos recursos da tesouraria e, além disso, que essa carteira é bancária, isto é, não classificada na carteira de negociação, consideramos o Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária como um risco não relevante.

No entanto, esse risco deve ser gerenciado, monitorado e reportado à alta administração, a fim de estimar Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos assumidos pela instituição.

Não há alocação de capital para esse risco. No entanto, seu valor é deduzido do PR para fins de cálculo de compatibilidade de capital e margem para alavancagem.

f) Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital deve possibilitar a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita.

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Capital, que deve ser consistente com o planejamento estratégico da instituição, e o Plano de Contingência de Capital.

20 - Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse abrange os riscos relevantes, conforme definido na RAS da Instituição, e o Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária.

21 - Relatórios

A Diretoria Colegiada, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração recebem, mensalmente, relatórios gerenciais versando sobre o gerenciamento de riscos e de capital.

22 - Limites Operacionais

O CMN, por meio do Bacen, divulgou, em 2013, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, que normatizam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da Instituição com os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, no âmbito de Basileia III.

Na Instituição, o cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.

A Instituição encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela

regulamentação vigente, conforme espelha a tabela abaixo:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAL - POSIÇÃO EM 31/12/2019	VALOR (R\$ mil)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	1.119.236
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA	769.236
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	769.236
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	-
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)	1.119.236
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR_II)	-
CAPITAL PRINCIPAL	1.119.236
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	350.000
SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	30.794
PARCELA RWA_{CRAD} - requerimento de capital referente ao risco de crédito - abordagem padronizada	1.477.596
PARCELA RWA_{MRAD} - requerimento de capital referente ao risco de mercado - abordagem padronizada	-
PARCELA RWA_{OPAD} - requerimento de capital referente ao risco operacional - abordagem padronizada	253.564
PARCELA R_{BAC} - risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação	762
RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA_{CRAD} + RWA_{MRAD} + RWA_{OPAD})	1.731.160
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	353.824
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 1,875%)	43.279
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO A R_{BAC} E ACP (BANCO CENTRAL)	586.702
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO O R_{BAC} E ACP (DESENVOLVE SP)	422.242
POSSIBILIDADE DE ALAVANCAGEM (DESENVOLVE SP)	2.111.210
ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo Bacen = 8,625%; mínimo DSP = 20%)	44,43%
ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)	44,43%
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)	44,43%

DIRETORIA COLEGIADA		
Nelson Antônio de Souza Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Crédito em exercício	Lucia Helena da Silva Diretora de Negócios e Fomento	Wilson Bevilacqua Otero Diretor Administrativo, de Projetos e Processos

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2019

1. INTRODUÇÃO

1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. foi instituído em novembro de 2012 em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004 e ao artigo 24 do Estatuto Social da instituição e sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento estabelecidas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, no Estatuto Social da Desenvolve SP e em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de janeiro de 2015.

1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, na qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e na indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento ao Conselho de Administração, sem poder decisório ou atribuições executivas.

Para assegurar sua atuação de forma eficiente, além das informações financeiras serem apresentadas mensalmente ao comitê, seus membros se reúnem, periodicamente, com a Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas para avaliar as ações de gerenciamento de riscos, de *compliance* e de controles internos, com a Auditoria Independente, para discutir os exames e conclusões relativos ao planejamento e execução dos exames de auditoria das demonstrações financeiras do exercício (semestral e anual) e, com a Auditoria Interna, para supervisão dos seus trabalhos e para fornecer orientações técnicas demandadas.

1.3 Composição

O Comitê de Auditoria, com funcionamento permanente, é composto por três membros, sem mandato fixo, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Os membros do comitê são independentes e suas funções são indelegáveis, além de possuírem capacitação técnica para o exercício do cargo.

Em 14/01/2019, o Senhor Carlos Eduardo Sampaio Lofrano renunciou ao cargo de membro deste Comitê. Em decorrência dessa renúncia, excepcionalmente, este Colegiado realizou suas reuniões com a presença de dois participantes no período de 14/01 a 20/08/2019.

Em 21/08/2019, foi empossado o novo membro do Comitê de Auditoria, Sr. Walter Mallas Machado de Barros, eleito em reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de maio de 2019.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

Até 2016, o presente relatório contemplava informações de um período anual coincidente ao ano fiscal, porém, considerando que as atividades anuais do Comitê de Auditoria se encerram na aprovação das demonstrações financeiras do exercício anterior, que normalmente ocorre até março do ano subsequente, este Comitê decidiu que o seu relatório deve incluir atividades até essa data.

Os relatórios deste Comitê de Auditoria contemplam a seguinte periodicidade:

- Relatório Semestral:** início na 1ª reunião após a aprovação das demonstrações financeiras anuais do exercício social anterior até à reunião que aprova as demonstrações financeiras do 1º semestre encerrado no exercício social subsequente.

- Relatório Anual:** início na 1ª reunião após a aprovação das demonstrações financeiras anuais do exercício social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras anuais do exercício social subsequente.

O Comitê de Auditoria se reuniu 17 vezes entre março de 2019 a fevereiro de 2020, realizando 88 sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos à administração da Agência.

Essas reuniões envolveram o Conselho Fiscal, Diretor Presidente e sua Diretoria Colegiada, Diretores, Superintendentes e Gerentes da instituição, auditoria interna e externa. As atas das reuniões, expressando de forma resumida o conteúdo discutido nas reuniões, são encaminhadas mensalmente ao Conselho de Administração, bem como são apresentados os relatórios detalhados das atividades do Comitê de Auditoria, emitidos em bases semestrais e anuais, que permanecem à disposição, na sede da instituição, dos auditores independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). As versões resumidas dos relatórios são publicadas junto às demonstrações financeiras semestrais e anuais.

3. RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria efetuou recomendações à administração da instituição visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos, *compliance* e de controles internos e da gestão econômico-financeira em geral, incluindo a avaliação e concessão de créditos. Tais recomendações foram analisadas e estão sendo implantadas pela administração da instituição.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação. A Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric) tem por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em conformidade com os níveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela alta administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor.

A empresa BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples examinou as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Baseado nas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê de Auditoria registra como adequada a atuação da administração da Desenvolve SP com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e estão sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E AUDITORIA INTERNA

O Comitê de Auditoria mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e com os auditores independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, dos aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o

volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, os quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.

O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades realizadas por ambas as auditorias e os resultados desses trabalhos não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em decorrência, o Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente no período de tempo em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da instituição e auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis e normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os responsáveis pela área de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela instituição na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pelo CMN e Bacen.

Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório apresenta opinião sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a obediência pelas normas do CMN e do Bacen e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e com a apresentação das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária, bem como às normas do CMN e do Bacen.

7. CONCLUSÕES

Baseado nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos relatórios da área de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da instituição.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos, riscos e *compliance*, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020.

Francisco Vidal Luna **Jerônimo Antunes** **Walter M. Machado de Barros**
Presidente do Comitê de Auditoria Membro do Comitê de Auditoria Membro do Comitê de Auditoria

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros de Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedem ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis relativos ao semestre findo em 31 de dezembro de 2019, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes apresentado, e das conclusões do Comitê de Auditoria, apresentadas em seu Relatório, onde recomendam a este Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Contábeis, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para aprovação.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020. Roberto Brás Matos Macedo Presidente Eduardo Marson Ferreira Conselheiro Francisco Vidal Luna Conselheiro Nelson Antônio de Souza Conselheiro	Lidia Goldenstein Conselheira Luciana Leal Coelho Conselheira	Cely de Campos Mantovani Conselheira Claudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo Conselheira	Roberto Yoshikazu Yamazaki Conselheiro Rubens Peruzin Conselheiro
--	--	---	--

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.** - São Paulo - SP **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Desenvolve SP")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Desenvolve SP** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Desenvolve SP**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD):** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, as demonstrações contábeis incluem Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) no montante de R\$ 83.223 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 2.682/99, que considera à classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo "AA" para risco mínimo e "H" para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos da **Desenvolve SP**. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas relacionadas à estimativa na Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), consideramos que este é um assunto significativo de auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nós avaliamos o desempenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles-chave e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de AA a H), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução nº 2.682/99, bem como a adequada divulgação nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente mencionados, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para créditos de liquidação duvidosa, bem como as respectivas divulgações no contexto

das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Créditos tributários:** Conforme Nota Explicativa nº 12, foram constituídos créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 52.904 mil, que tomaram como base estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Devido à relevância do saldo e à utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição dos créditos tributários, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da **Desenvolve SP** é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração". Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o "Relatório da Administração" e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o "Relatório da Administração" e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no "Relatório da Administração", somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Desenvolve SP** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Desenvolve SP** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança e administração da **Desenvolve SP** são aqueles com responsabilidade pela

supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Desenvolve SP**; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Desenvolve SP**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Desenvolve SP** a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

Paulo Sérgio Barbosa

Contador - CRC 1 SP 120359/O-8

Acesse:

www.desenvolvesp.com.br

e conheça nossas linhas de crédito.